

- XLVI -

ESTADO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A TENDÊNCIA DE RELAÇÕES PRIVATIVISTAS NA EDUCAÇÃO

José Almir Viana Nunes
vianunes@hotmail.com

Maria de Barros da Trindade Padua
maariasandy@hotmail.com

Kátia de Nazaré Santos Fonsêca
katia.fonseca.unifap@hotmail.com

Norma-Iracema de Barros Ferreira
normairacemaunifap@gmail.com

Universidade Federal do Amapá/UNIFAP-Brasil

INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a atuação do setor privado na educação pública e buscou analisar a tendência de relações privatistas na educação, discutindo também as reformas administrativas do Estado e suas relações com a política educacional. A problemática proposta investigou: Quais os mecanismos de atuação entre Estado e setor privado têm garantido a tendência de relações privatistas na educação? Metodologicamente trata-se de pesquisa bibliográfica, tendo como base os estudos de autores como Teixeira e Duarte (2017), Croso e Magalhães (2016), Adrião (2009), e Peroni (2005).

AS REFORMAS DO ESTADO E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

As autoras Teixeira e Duarte (2017) analisam o investimento privado na educação básica pública e seus discursos políticos a partir da implementação de programas nacionais de educação, bem como das lógicas que orientam as ações nas relações público-privado. Destacam que para entender essa lógica, antes se faz necessário compreender a relação entre

as reformas administrativas do Estado e a presença do setor privado na realização de serviços públicos e, sobretudo a vinculação entre o financiamento da educação pública e a participação privatista neste nível da Educação brasileira.

A década de 80 foi caracterizada pela busca de redemocratização do país e os debates constituintes (1986-1987) acabaram por promover a discussão sobre financiamento da Educação Básica, propiciando assim a garantia constitucional de recursos públicos para a educação, o que se encontra indicado no art. 212, 213 e no art. 60 da ADCT da Constituição de 1988. Os debates seguem focando as mudanças e os efeitos para a educação a partir do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Afirma-se assim, a estruturação de uma política de fundos que alterar o processo de financiamento e muda o perfil das responsabilidades dos entes federados no que diz respeito à educação.

No Brasil as reformas iniciaram na década de 90, associada ao *New Public Management* (NPM) ou “nova gestão pública” que se estruturava sendo justificada pelo discurso de ineficiência e ineficácia da gestão estatal democrática, bem como da justificativa de que o Estado para se democratizar necessitava da participação de entidades, organizações e movimentos sociais. Tal ideário é denominado por Bresser (1948), Kettl (1998) e Mota (2013) como “reforma gerencial do estado”, ou seja, introdução de outras formas de redistribuição de poder, entre o âmbito nacional e o local, bem como, de valorização de parcerias, de flexibilização, autonomia e descentralização, que fomentariam a participação das organizações civis, redefinindo as fronteiras entre o setor público e privado. Observa-se que além da redefinição das relações institucionais no interior do Estado, buscaram-se principalmente as parcerias com a sociedade civil, o que cria e expande a ideia de que formular e implementar políticas é responsabilidade social compartilhada por todos: Estado, setores privados e Organizações não-governamentais (ONG).

É importante destacar também aqui a Conferência Mundial sobre Educação Para Todos que foi considerada como referência para as reformas educacionais iniciadas nos anos 1990. Várias foram as medidas que indicavam a participação do setor privado na educação. Em linhas gerais, destacam-se aqui: Castro et al (1977) analisam as formas de financiamento da educação profissional, em especial um estudo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Bomeny (1998) analisa o programa “Raízes e Asas” e pontua a mudança dos termos “ações filantrópicas ou assistencialismo” para “investimento empresarial em educação”. (TEIXEIRA; DUARTE, 2017).

Neste percurso, Rainho (1998 apud Teixeira; Duarte, 2017) destaca o Programa Federal “Acorda Brasil”, o qual segundo o autor foi uma estratégia do Ministério da Educação (MEC) para estimular a participação de empresas no auxílio de políticas do ensino, pois solicitou publicamente ajuda das empresas do país para o fortalecimento da educação pública. Adrião (2009, p. 806) prossegue a abordagem, indicando que há também de se destacar que o setor privado atua oferecendo ao setor público uma “cesta” de produtos e serviços. Tal organização é composta por “[...] formação continuada de educadores, efetivo acompanhamento das atividades docentes, investimento na produção e distribuição de materiais didáticos aos alunos; processos de avaliação externa e interna [...]”.

O fato é que independentemente da forma de atuação, o que vem sendo constatado em diferentes contextos e especificidades do cenário político-educacional brasileiro é a interferência de instituições privadas na gestão da educação pública. (ADRIÃO; PERONI, 2005).

Vários autores têm discutido a privatização como uma problemática, a exemplo Croso e Magalhães (2016, p. 21-22), que apontam um cenário de mercantilização da educação e definem, com base na categorização desenvolvida por Ball e Youdell (2007), três formas dessa privatização, nomeadas de endógena, exógena e governança compartilhada. Destaca-se aqui a governança corporativa: “[...] refere-se à participação direta ou indireta de representantes do setor privado e da indústria da educação na definição do debate e da agenda pública educativa em todos os âmbitos. (CROSO; MAGALHÃES, 2016, p. 22).

As autoras Teixeira e Duarte (2017) apontam várias pesquisas que buscaram mapear a participação do setor privado na área educacional, sendo importante de se destacar aqui é a do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2006) que constatou no período de 2000 a 2004 o aumento de 10 pontos percentuais na participação do setor empresarial em atividades sociais. Percebe-se até aqui uma difusão das Parcerias Público-Privada (PPP), chegando até a ser normatizada pela Lei 11.079 de 2004, além de constar nos textos do Plano Nacional de Educação (2014-2024). (TEIXEIRA; DUARTE, 2017). Assim, muitos programas e projetos decorrentes das PPP têm sido financiados com recursos públicos e tornam-se tendência do Estado. Trata-se do que vem sendo chamado “edunegócios”, ou seja, é a intenção lucrativa que vários atores incidem sobre o debate político educacional global, gerando um mercado para seus produtos e serviços como forma de solução.

CONCLUSÕES

Por todo o exposto, a consequência dos movimentos de “reforma” é o ressurgimento do gerencialismo que articula a participação cada vez mais acentuada das intervenções privadas na discussão, realinhamento, planejamento, implementações e determinações de políticas educacionais junto aos governos, sendo as consultorias nacionais e internacionais as principais estratégias de reorientação do trabalho educativo que incidem desde o Ministério da Educação até a Escola, com a “justificativa” de solucionar os problemas de qualidade da educação. É importante compreender que o privatismo fragiliza o sistema público da educação e coloca em xeque o caráter político da educação. Portanto, é necessário resgatar preceitos democráticos e a concepção de educação como direito universal, pois os sistemas educativos devem ser promotores de democracia, igualdade e cidadania.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa Maria F. et al (2009). A atuação de grupos empresariais na área educacional e sua inserção em redes públicas de ensino. In: MARTINS, Angela Maria *et al.* (Org.). **Políticas e gestão da educação: desafios em tempo de mudança.** Campinas: Autores Associados, 2013.
- ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Org.). **O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e sociedade.** São Paulo: Xamã, 2005.
- CROSO, Camilla; MAGALHÃES, Giovanna Modé. Privatização da Educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. **Educação & Sociedade**, Campinas; Centro de Estudos Educação e Sociedade v. 37, n. 134, ene.-mar., p. 17-33, 2016.
- TEIXEIRA, Glecenir V.; DUARTE, Marisa R. T. (2017). Discussão sobre a participação do setor privado na educação básica pública no Brasil das autoras. In: ARAÚJO, Luiz; PINTO, José Marcelino (Org.). **Público x Privado em tempos de Golpe.** São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2017.